

**A COLOCAÇÃO PRONOMINAL
SOB A PERSPECTIVA DAS GRAMÁTICAS:
TENSÕES, CONTRADIÇÕES E PROPOSTAS PARA O ENSINO**

Diego Domingues (UERJ)
diegodomingues@outlook.com

RESUMO

Neste trabalho, serão apresentadas, através da análise de diversas gramáticas, as principais tensões, contradições e propostas referente ao tema Colocação Pronominal. Este tema foi escolhido por ser um dos que mais apresentam discrepância entre o prescrito em materiais didáticos e o propriamente realizado na norma culta brasileira. O objetivo foi refletir, a luz das obras de Antunes (2003, 2007), Bagno (2012) e Brandão et alii (2011), e das indicações contidas nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (BRASIL, 2000), sobre o melhor caminho para tratar desse conteúdo em salas de aula da educação básica, propondo uma prática pedagógica crítica, embasada em estudos contemporâneos, que busca romper com concepções anacrônicas de ensino de língua portuguesa.

Palavras-chave: Colocação pronominal. Gramática. Ensino de língua portuguesa

1. Introdução

Um dos principais pontos de conflito que o professor recém-formado de língua portuguesa encontra ao iniciar sua prática pedagógica é a contradição entre os saberes acadêmicos apresentados e pesquisados ao longo de toda a graduação e o conteúdo que efetivamente terá que trabalhar com seus alunos.

Embora, haja em muitos cursos de licenciatura a preocupação em vincular a construção do saber científico com a realidade pedagógica das salas de aula da educação básica, ainda é muito comum ouvir expressões como “eu ainda não sei o que ensinar” quando o recente professor encontra-se diante de dezenas de alunos, tendo que dar conta dos conteúdos programáticos tradicionais. Independentemente se a escola é particular ou pública, de área urbana ou rural, a maneira como o ensino de língua portuguesa é encaminhado, ainda é, muitas vezes, pautada por concepções distantes das discussões e pesquisas linguísticas mais recentes desenvolvidas no Brasil.

Soma-se a essa discrepância entre os saberes acadêmicos e os saberes escolares, as expectativas do senso comum e as indicações contidas

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

em referenciais nacionais para a educação, ocupando, esses dois, igualmente posições antagônicas no que tange ao conteúdo das aulas de português.

Por referenciais nacionais para a educação, entende-se os documentos federais que pautam o conteúdo programáticos da educação nacional, como, por exemplo, os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, doravante PCN, que trazem uma visão mais moderna e reflexiva sobre o ensino de língua portuguesa.

Deve-se ter claro, na seleção dos conteúdos de análise linguística, que a referência não pode ser a gramática tradicional. A preocupação não é reconstruir com os alunos o quadro descritivo constante dos manuais de gramática escolar.

O que deve ser ensinado não responde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar, mas aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de produção, leitura e escuta de textos. (BRASIL, 2000)

Por outro lado, como dito anteriormente, há o senso comum, os comandos paragramaticais (BAGNO, 2007) e os veículos de comunicação em massa que têm suas perspectivas de ensino refletidas, muitas vezes, nos discursos dos próprios alunos e de seus responsáveis. Ainda é bastante comum a compreensão da aula de língua portuguesa como o espaço para aprender a escrever “certo”, sem, no entanto, problematizar os padrões que guiam essa normatização da escrita, ou ainda, espaço para atingir o domínio de uma forma única e perfeita de escrita, sem nenhuma compreensão das variações linguísticas e discrepâncias presentes entre as gramáticas e as legítimas realizações atuais da norma culta brasileira.

Portanto, mesmo com pesquisas consistentes e reconhecidas, mesmo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais* que legitimam uma determinada concepção de ensino, mesmo com os conhecimentos desenvolvidos no ensino superior; o professor, muitas vezes, sente-se inseguro em sua prática cotidiana.

2. *Objetivos*

O objetivo deste texto é justamente, a partir da exposição das diferentes abordagens de um determinado assunto entre diversas gramáticas, evidenciar como a escolha dos conteúdos trabalhados e das abordagens em aulas de língua portuguesa estão sempre, mesmo que o professor não reconheça, atreladas a determinadas concepções de ensino, evidenciando

que o professor jamais terá a seu dispor uma maneira ‘neutra’ de realizar sua prática, ou seja, cada escolha revela um posicionamento não só pedagógico, mas também político. Ao mesmo tempo, para o trabalho em sala de aula, busco contribuir com reflexões acerca de um dos temas com abordagem mais distante entre teoria e prática presentes nos materiais didáticos, trata-se da colocação pronominal.

Segundo a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, entende-se colocação pronominal por:

As três posições que o pronome átono pode assumir em relação ao vocábulo tônico, donde a ênclise, próclise e mesóclise.

Ênclise é a posposição do pronome átono ao vocábulo tônico a que se liga: Deu-me a notícia.

Próclise é a anteposição ao vocábulo tônico: Não me deu a notícia.

Mesóclise é a interposição ao vocábulo tônico: Dar-me-ás a notícia. (BECHARA, 2009, p. 490)

A escolha por esse tema reside, como dito anteriormente, por se tratar de um dos assuntos com abordagens mais contraditórias nos materiais didáticos. Contradição essa, fruto da distância entre o que é ensinado na escola e o que está presente nas realizações da norma culta em diferentes suportes textuais de prestígio que circulam na sociedade. Vale destacar que as maiores tensões residem na oposição entre próclise e ênclise, ou seja, entre a realização mais natural no português brasileiro e a mais natural no português lusitano. A mesóclise, embora na maioria das gramáticas seja tratada como mais uma possibilidade de realização, se restringe a contextos de uso muito específicos, tanto no Brasil quanto em Portugal, não se realizando na fala espontânea, e tendo sua existência limitada a textos altamente rebuscados e monitorados. (BAGNO, 2012)

Um dos principais motivadores da distância citada anteriormente é o fato de que muitas gramáticas normativas ainda são pautadas por uma tradição portuguesa, desconsiderando as realizações orais e escritas de brasileiros. Por isso, por mais aulas, regras, exercícios e avaliações que sejam feitas, o aluno dificilmente consegue compreender e assimilar tal conteúdo, tendo em vista a tamanha incompatibilidade entre o que ele percebe sendo falado e escrito a sua volta, em diferentes canais de comunicação, e o que a escola determina como o correto. É justamente nessa não compreensão que os conteúdos escolares vão se restringindo a um saber necessário apenas naquele contexto, com a função de ir bem nas provas e ‘passar de ano’. “Não se justifica tratar o ensino gramatical de-

articulado das práticas de linguagem. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar”. (BRASIL, 2000)

Pretendo então, enquanto professor e pesquisador, na inquietude pedagógica que me move diante do contexto apresentado, investigar as diferentes maneiras como a colocação pronominal é exposta nas gramáticas, e buscar o modo mais adequado de trabalhar este saber gramatical.

3. Metodologia

Como primeiro passo para compreender as principais abordagens presentes no cotidiano escolar, foram selecionadas seis gramáticas e pesquisou-se como exatamente esse conteúdo é apresentado. A escolha desse material levou em conta, além da reconhecida importância e seriedade de seus autores, as diferentes concepções linguísticas presentes em cada exemplar, indo das visões mais tradicionais às mais progressistas. São elas: *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* (CEGALLA, 2000), *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (CUNHA & CINTRA, 2008), *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (ROCHA LIMA, 2011), *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, 2009), *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (AZEREDO, 2012) e *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (BAGNO, 2012).

Deixarei claro, logo no início, o que compreendo, enquanto professor de língua portuguesa, como ‘ensino coerente’: “O ensino de língua deveria centrar-se menos em exercícios gramaticais, de ensino de metalinguagem e mais em possibilitar ao aluno o domínio das várias modalidades de uso e da modalidade culta da comunidade de que ele faz parte”. (CALLOU, p. 28, 2011)

E ainda:

Trabalhar com o ensino de língua portuguesa é muito mais do que relacionar o que é certo e o que é errado: é compreender seu funcionamento hoje, e no passado, em um processo dinâmico de capacitação dos alunos para a produção de textos orais e escritos os mais variados. (BARBOSA, 2011, p. 31)

Portanto, a clara intenção desse texto é, a partir das diversas abordagens apresentadas, expor uma concepção política de ensino bem definida e apontá-la como mais uma possibilidade para o professor refletir sobre a maneira como trata determinado conteúdo escolar e como avalia sua prática. As escolhas por determinados materiais didáticos não são

isentas, assim como não é isenta a maneira como cada gramática trata o ensino de língua portuguesa. Todo movimento de escolha, envolve um movimento de exclusão, movimentos esses guiados por intenções e compreensões de mundo. Caberá sempre ao professor pesquisar e embasar suas escolhas e práticas de acordo com sua concepção de ensino, sem jamais entender todos esses movimentos como os únicos possíveis ou como neutros e desinteressados. “As gramáticas nunca são neutras, inocentes; nunca são apolíticas, portanto. Optar por uma delas é, sempre, optar por determinada visão da língua”. (ANTUNES, p. 33, 2007)

Entendendo também que a crítica pela crítica não é o caminho mais adequado, apresento uma crítica propositiva, que reconhece as tensões presentes nos materiais analisados, mas, ao mesmo tempo, busca uma maneira de trabalhar esse conteúdo, maneira essa motivada pela compreensão de ensino de gramática já exposta.

4. Resultados e discussão

Analisando as gramáticas, percebeu-se que poucas são aquelas que relativizam e propõe uma leitura crítica sobre o conteúdo que estão abordando, isto é, relativizar os usos do português lusitano e do português brasileiro. A maioria delas expõe seu conteúdo em caráter de verdade absoluta, inquestionável, desconsiderando qualquer fator de variação diatópica. Segundo essas gramáticas, há apenas uma maneira correta. Outro dado que chamou atenção, embora também não seja surpresa, é a quantidade de espaço destinado à prescrição de regras, páginas e mais páginas com normas que devem, ou deveriam ser decoradas, memorizadas, entendidas.

Começemos pela *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* (CEGALLA, 2000), a qual considero a mais conservadora de todas as analisadas. Nela encontramos nove regras indicando o contexto para a realização da próclise, uma regra para mesóclise e cinco regras para ênclise, conteúdo que ocupa cinco páginas. Claro que avaliar profundidade e pertinência de um texto pelo número de páginas que ocupa é por demais limitado e ingênuo, por outro lado, esse dado é importante para, mais adiante, compararmos e percebermos como que outras maneiras de trabalhar o mesmo conteúdo podem ser feitas de maneira mais concisa e nem por isso menos séria ou reflexiva. Ainda na gramática do Cegalla, um trecho em especial irá nos dizer bastante sobre a concepção de ensino presente nesse material: “Na língua culta não se abre frase com pronome

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

oblíquo, iniciar frase com pronome oblíquo só é lícito na conversação familiar despreocupada” (CEGALLA, 2000, p. 497). Dizer que a realização de frases como “me ajude com a tarefa” só é lícita na conversação familiar despreocupada soa por demais exagerado, exagero este que em nada contribui para uma compreensão produtiva da língua, ou alguém consegue imaginar um estudante evitando próclises, pois a gramática disse que não é lícito?

Em outra gramática, encontramos semelhante juízo de valor sobre a colocação pronominal, em Gramática Normativa da Língua Portuguesa, no capítulo 29, destinado à “Colocação dos pronomes átonos”, temos nada menos do que sete páginas destinadas somente à prescrição de regras de colocação, e, tal como na gramática de Cegalla, destaco um trecho que ilustra a visão do autor: “A colocação normal do pronome átono é a ênclise, depois do verbo” (ROCHA LIMA, 2011). Caracterizar determinada realização como ‘normal’, pressupõe que qualquer outra forma seria anormal ou exemplo de desvio? Mais uma vez as realizações presentes no português brasileiro são preteridas em função de uma norma idealizada de língua.

Igual compreensão, quanto à normalidade, está presente na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (CUNHA & CINTRA, 2008), na qual os autores também dedicam várias páginas, nove ao total, para prescrever as maneiras de colocar, com relação ao verbo, o pronome átono, e concluem “Sendo o pronome átonos objeto direto ou indireto do verbo, a sua posição lógica, normal, é a ênclise” (CUNHA & CINTRA, p. 323, 2008). Agora, além da normalidade, há a lógica guiando as regras, isto é, fugir dessa prescrição é, segundo os autores, exemplo de anormalidade e também de ilogicidade.

Apesar das visões mais tradicionais, expostas acima, há gramáticas que, embora normativas, propõe reflexões sobre os usos correntes. Em *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, 2009), além de trazer as já clássicas regras tradicionais, traz também uma reflexão acerca da questão:

Chegou-se à conclusão de que muitas das regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano. Daremos aqui apenas aquelas normas que, sem exagero, são observadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas. Não se infringindo os critérios expostos, o problema é questão pessoal de escolha, atendendo-se às exigências da eufonia. É urgente afastar a ideia de que a colocação brasileira é inferior à que os portugueses observam. (BECHARA, 2009, p. 490)

Fica claro em Bechara que não é impossível conciliar o ensino tradicional com a reflexão sobre a língua. É importante, reconhecer a maneira como o autor traz, durante a descrição das regras, questões pertinentes à compreensão do que pretende trabalhar.

A *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (AZEREDO, 2012) também chama a atenção para a variante brasileira, evidenciando ainda a importância em evitar artificialismos motivados pela reprodução de um padrão não natural no português brasileiro:

A colocação do pronome oblíquo átono antes do verbo que o rege – próclise – é a posição mais comum nas variedades de português falada no Brasil. A opção pela ênclise na fala pode revelar alto grau de monitoramento, quando não certo artificialismo do discurso. (AZEREDO, 2012, p. 260).

Nessa gramática, o autor também dedica espaço para compilar as regras de colocação pronominal, entretanto, diferente das demais que utilizam como exemplo, em sua maioria, trechos literários clássicos, esta utiliza trechos de jornais, revistas e artigos contemporâneos.

Para concluir essa breve passagem pelas maneiras como as gramáticas selecionadas tratam a colocação pronominal, veremos como, de maneira direta e contundente, Bagno aborda o assunto em sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (2012):

A próclise ao verbo principal é a regra única de colocação dos clíticos no português brasileiro. A consciência e aceitação dessa regra nos dispensa de aprender as muitas regras e sub-regras que a tradição gramatical do português tenta nos impor, regras e sub-regras que correspondem à colocação natural dos clíticos no português europeu. Ora, como falamos uma língua diferente da dos portugueses, é prova de irracionalidade querer que sigamos artificialmente aquilo que para eles é espontâneo devido à fonética de sua própria língua. (BAGNO, 2012, p. 742)

Comparando as visões de Bagno e Azeredo com as primeiras gramáticas analisadas e levando em consideração as indicações dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, fica evidente que ainda há posições bem díspares na maneira como a colocação pronominal é trabalhada. Ainda assim, a preferência pelas últimas abordagens expostas demonstra ser a mais coerente com a visão de ensino de língua portuguesa que foi proposta nesse texto, visão esta, cabe reiterar que entende que:

O modo de ensinar não deve reproduzir a clássica metodologia de definição, classificação e exercitação, mas corresponder a uma prática que parte da reflexão produzida pelos alunos mediante a utilização de uma terminologia simples e se aproxima, progressivamente, pela mediação do professor, do conhecimento gramatical produzido.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Isso implica, muitas vezes, chegar a resultados diferentes daqueles obtidos pela gramática tradicional, cuja descrição, em muitos aspectos, não corresponde aos usos atuais da linguagem, o que coloca a necessidade de busca de apoio em outros materiais e fontes. (BRASIL, 2000)

5. *Conclusões*

Através da pesquisa realizada nas gramáticas e das reflexões feitas a partir dos demais autores citados, percebemos a necessidade do professor assumir a postura de constante investigador dos conteúdos com os quais trabalha, além de permanente crítico de sua prática pedagógica.

Não se pode dizer que ensinar gramática é ensinar o português certo porque nem mesmo no nível das regras convencionadas, postas na gramática tradicional escolar, há consenso entre os gramáticos, quicá nas descrições nelas empreendidas (BARBOSA, 2011, p. 50)

Abordagem mais conversadora dos conteúdos escolares e, por isso, muitas vezes mais facilmente aceita por pais e alunos, ou uma abordagem mais atual, em diálogo com recentes discussões acadêmicas, e, por isso, passível de mais resistência entre esses mesmos pais e alunos? É através da constante problematização sobre o que ensinar, como ensinar e para quem ensinar que o professor percebe com mais clareza as diversas linhas de interesse em disputa no seu horizonte profissional. Interesses dos alunos, dos pais dos alunos, da direção da escola, do governo, da sociedade, enfim, toda sorte de expectativas que geralmente cercam o professor. “É, pois, um ato de cidadania, de civilidade da maior pertinência, que aceitemos ativamente e com determinação, o desafio de rever e de reorientar a nossa prática de ensino da língua”. (ANTUNES, 2007, p. 37)

Nem sempre tais interesses concordam entre si, ou colaboram para o desenvolvimento de uma educação crítica e emancipadora, entretanto, busquei deixar claro nesse texto a importância do professor legitimar suas escolhas e posicionamentos através da constante pesquisa e reflexão sobre o conteúdo que trabalhará em suas aulas, percebendo, assim, a ausência de qualquer neutralidade nas abordagens dos conteúdos escolares. Desse modo, quanto mais o professor buscar argumentos, referências e pesquisas consistentes que legitimem suas decisões pedagógicas, mais conseguirá desenvolver sua prática de maneira segura e autônoma. Um caminho não necessariamente fácil, mas possivelmente o mais adequado para qualquer professor que entende a importância de sua posição e o impacto de suas escolhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Irlandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2012.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA Silvia Rodrigues. *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2012.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 47. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC, 2000.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed; Nacional. 2000.
- CUNHA, Celso; CINTRA. Luís Felipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.